

REFORMADORES EMPRESARIAIS DA EDUCAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DA RACIONALIDADE DO CAPITAL: A PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS EDUCATIVOS

Camila Campos de Lara Jakimiu

O presente trabalho analisa o papel dos reformadores empresariais da educação[1] (Freitas, 2014) na difusão da racionalidade do capital por meio da produção e circulação de conteúdos educativos destinados a estudantes e professores(as) da educação básica, com especial incidência sobre o Ensino Médio. Parte-se da compreensão de que as recentes reformas educacionais integram um movimento mais amplo de reconfiguração da educação pública segundo os pressupostos do neoliberalismo contemporâneo.

A implementação do "Novo" Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constituem elementos centrais de um projeto educacional alinhado aos interesses empresariais e às demandas do mercado de trabalho. O objetivo consiste em investigar como organizações privadas atuam na produção e circulação de conteúdos educacionais, identificando de que maneira tais materiais contribuem para a formação de subjetividades compatíveis com a lógica neoliberal.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como teórico-bibliográfica, de abordagem qualitativa, tendo como objeto de análise os portais eletrônicos de organizações privadas[2] que possuem forte atuação na agenda educacional brasileira, entre elas Instituto Reúna, Instituto Iungo, Itaú Educação e Trabalho, Sebrae, Junior Achievement e Fundação Telefônica Vivo. A investigação concentrou-se nos cursos e materiais disponibilizados gratuitamente para professores(as) e estudantes, buscando identificar seus objetivos, conteúdos e concepções formativas.

---

[1] "reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o mercado e o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para 'consertar' a educação" (Freitas, 2014, p. 1108).

[2] Tais organizações foram selecionadas de acordo com o critério de maior produção de conteúdo educativo do tipo "cursos" para professores(as) e estudantes(as), pois algumas organizações privadas enfocam na produção de e-books e videoaulas.



O “Novo” Ensino Médio instituído inicialmente por meio da Medida Provisória nº 746/2016 e posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017, foi formulada em estreita articulação com organizações empresariais reunidas em movimentos como o Todos Pela Educação e o Movimento Pela Base. Embora o governo Lula-Alckmin tenha promovido alterações na legislação por meio da Lei nº 14.945/2024, a essência da reforma foi preservada, mantendo-se a centralidade da BNCC, dos itinerários formativos e de componentes curriculares voltados ao Empreendedorismo, Projeto de Vida e Educação Financeira.

Os resultados evidenciam que a atuação dos reformadores empresariais extrapola os processos de formulação e implementação das políticas educacionais, alcançando também a produção de materiais pedagógicos, percursos formativos, instrumentos avaliativos e cursos destinados à operacionalização do “Novo” Ensino Médio e da BNCC. Dessa forma, tais agentes passam a disputar diretamente os sentidos da formação escolar e do trabalho docente.

Destacam-se iniciativas como o Programa Nosso Ensino Médio, a BNCC Comentada para o Ensino Médio e o Planejador de Aulas de Projeto de Vida, que “orientam” a prática docente e reforçam processos de padronização curricular. Além de cursos como “5 atitudes para construir um futuro de valor”, “Como criar uma Startup”, “Empreendedorismo para professores da educação básica”, “Economia Já”, “TechSolutions” e “Marcha no Futuro”, que embora apresentados sob o discurso da autonomia, da inovação e da preparação para os desafios contemporâneos, reforçam valores associados à meritocracia, à competitividade, ao individualismo e à responsabilização individual.

Por meio de dispositivos pedagógicos e discursivos, tais organizações contribuem para a produção de subjetividades alinhadas à racionalidade neoliberal, estimulando a internalização de valores como empreendedorismo, autogestão, flexibilidade e competitividade. Trata-se da constituição de sujeitos(as) que passam a compreender a si próprios como capital humano, responsáveis pela gestão permanente de suas trajetórias educacionais e profissionais. Questões como imaginação, ousadia e iniciativa são consideradas virtudes para ampliar o potencial de contribuição para o mercado de trabalho,



acentuando os preceitos da meritocracia, da competitividade e do individualismo (Silva, 2017).

Dessa forma, questões estruturais relacionadas às desigualdades sociais e às transformações do mundo do trabalho são deslocadas para a esfera da responsabilidade individual. Para tanto, ocorre a valorização da inovação tecnológica associada à ideia de modernização educacional e desenvolvimento de competências digitais, ocultando as relações entre tecnologia, mercantilização da educação e interesses das grandes corporações tecnológicas. A incorporação crescente de plataformas digitais, metodologias gerenciais e ferramentas de monitoramento reforça mecanismos de controle, padronização e gestão por resultado.

Para Selwyn (2017, p. 99) a lógica de mercado atribui ao aparato tecnológico a melhoria da educação, a partir da aceitação da tecnologia como uma ferramenta neutra e indispensável, no entanto, as tecnologias digitais posicionam “interesses lucrativos no centro das decisões acerca do financiamento, organização e oferta da educação pública” e por isso não são neutras, mas políticas, sendo seu uso na educação um mecanismo ideológico “para promover os valores e agendas dos interesses hegemônicos dominantes”.

Pode-se concluir que os reformadores empresariais da educação ocupam posição estratégica na consolidação de um projeto educacional alinhado às necessidades de reprodução do capitalismo contemporâneo. Para além de sua influência na formulação e implementação das políticas educacionais, atuam na produção de consenso em torno de valores, práticas e concepções de mundo compatíveis com a racionalidade neoliberal, funcionando como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) que integram a estrutura ideológica da classe dominante, buscando “organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo orgânico de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (Gramsci, 2002, p. 15).

Os cursos ofertados são ferramentas para moldar professores(as) e estudantes no estilo afetivo flexível adequado para a acumulação de capital, transformando-os em trabalhadores(as) alienados(as) convertidos em mercadoria e fragmentados enquanto coletividade (Mészáros, 2006). Neste contexto, observa-se uma redefinição do papel do(a)

professor(a), que passa a assumir características próximas à lógica do *coaching* educacional, sendo incentivado a atuar como "mentor" responsável pelo desenvolvimento socioemocional e pela performance dos(as) estudantes(as), colaborando para a construção de uma sociedade individualista que incentiva a competitividade (Scherer, Gräff, 2020).

Assim, a atuação dos reformadores empresariais da educação revela-se fundamental para a compreensão das transformações recentes das políticas educacionais brasileiras, na medida em que articula a produção de consenso, a disseminação da racionalidade do capital e a conformação de subjetividades compatíveis com as exigências da acumulação capitalista contemporânea, aprofundando processos de mercantilização da educação e de subordinação da formação humana às demandas do mercado.

Palavras-chave: Ensino Médio; Reformadores Empresariais; Aparelhos Privados de Hegemonia; Racionalidade do Capital.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc., Campinas**, v. 35, nº. 129, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf&lang=p> Acesso em: 30 jun. 2026.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SCHERER, Renata Porcher; GRÄFF, Patrícia. Professor, tutor ou coach? Reflexões sobre a docência em um contexto de capitalismo flexível e emocional. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 13(32), 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/13822> Acesso em: 30 jun. 2026.

SELWYN, Neil. Um panorama dos estudos críticos em educação e tecnologias digitais. **Diálogos sobre tecnologia educacional**: educação linguística, mobilidade e práticas translíngues. ROCHA, Claudia Hilsdorf; KADRI, Michele Salles El; WINDLE, Joel Austin (Orgs.). 1 ed. Pontes editores, 2017.



SILVA, Roberto Rafael Dias da. Emocionalização, algoritimização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular? **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 699-717, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/silva.pdf> Acesso em: 30 jun. 2026.